

## GRANDE EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de registrar a presença de servidores e de servidoras do Judiciário. Esses servidores estão pleiteando, há muito tempo, a aprovação do Projeto de lei Complementar nº 30, que representa o pagamento de uma dívida histórica com os mais de 45 mil servidores do Judiciário. Eles estão, há muito tempo, com seus salários archochados e defasados e foram golpeados sistematicamente pelas sucessivas gestões do Tribunal de Justiça, pelo Executivo e pela Assembleia Legislativa. O PLC nº 30 representa exatamente essa luta, representa o pagamento de uma parte pequena dessa dívida. O projeto de lei já foi aprovado, é um projeto do próprio Tribunal de Justiça encaminhado à Alesp, em 2013. Ele já foi aprovado em todas as comissões. Nós já aprovamos o requerimento de urgência, então ele está pronto para ser votado a qualquer momento. O projeto parcela essa dívida com o Judiciário. Nós queremos aprová-lo imediatamente.

Além disso, os servidores estão trazendo outras pautas importantes do Judiciário.

Na semana passada, acompanhamos um ato dos servidores em frente ao fórum de Santos, com várias entidades representativas que estão mobilizadas na campanha salarial. No dia 10, haverá uma manifestação dos servidores em São Paulo. Eles também discutiram a questão da reforma da Previdência, que irá afetar todos os servidores e trabalhadores do Brasil.

Contem com o nosso total apoio. Parabéns pela mobilização. A nossa bancada do PSOL, o PT e o PCdoB estarão fazendo gestões e unindo esforços para que o seu projeto seja votado imediatamente na Assembleia Legislativa. Parabéns pela mobilização.

Sr. Presidente, às 16 horas, no Plenário Franco Montoro, iremos realizar uma grande audiência pública em defesa da Banda Sinfônica do Estado de São Paulo, que está sendo extinta pelo governador Geraldo Alckmin. Ele está, inclusive, dando um golpe na Assembleia Legislativa, porque, no final do ano passado, aprovamos uma emenda ao Orçamento de 2017 para a manutenção da Banda.

Agora em janeiro, o governo congelou essa emenda que foi acordada com ele, através do líder do Governo, deputado Cauê Macris. O governo golpeia a própria Assembleia Legislativa, que é uma extensão da Casa Civil. É um absurdo total, mas iremos resistir. Todos estão convidados para participar da grande audiência pública em defesa da Banda Sinfônica do Estado de São Paulo e contra o desmonte do Estado. Esse desmonte está acontecendo na Educação, nas universidades, na Cultura, na Saúde e em todas as áreas.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa dois pedidos de permuta. O primeiro pedido é entre os nobres deputados Maria Lúcia Amary e Davi Zaia, e o segundo é entre os deputados Davi Zaia e Alencar Santana Braga. Portanto, por permuta, tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público presente, em nome da bancada do PT, gostaria de manifestar todo o apoio aos servidores do Judiciário, que estão novamente nesta Casa, pressionando o Governo do Estado e a Presidência da Assembleia Legislativa para agilizarem projetos que ajudam a categoria.

Esperamos que haja sensibilidade do presidente e do líder do Governo para que isso possa avançar. Gostaria de agradecer, em público, a postura do secretário de Educação, Sr. Renato Nalini. Tive uma demanda de algumas mães de crianças autistas da cidade de Guarulhos. Elas tinham asseguradas a sua vaga em uma escola, mas de uma hora para outra ficaram sem esse atendimento. Foram 63 crianças.

As mães me procuraram, dizendo que o Estado não estava pagando a mensalidade e, por isso, a escola encerrou o atendimento. No dia 24 de janeiro, entrei em contato com o secretário Samuel Moreira. Naquela semana, foi feito o pagamento da mensalidade anterior. Porém, a escola foi desligada do convênio e, portanto, ela também não poderia continuar recebendo as crianças, que seriam encaminhadas a outras duas escolas.

O Estado poderia dizer que estava cumprindo com a sua obrigação. Qual é o problema? Eu me reuni com as mães na última quinta-feira; foi emocionante e ao mesmo tempo triste ouvir o relato delas sobre a consequência da mudança de escola das crianças.

Elas disseram que havia crianças que não tiraram o uniforme desde o dia que deixaram de ir àquela escola. Havia crianças que estavam tendo outras reações. Elas estavam se mordendo e ficando agressivas. As mães disseram que o autista não pode ter uma mudança brusca no seu dia a dia.

Na própria quinta-feira, liguei ao deputado Cauê, explicando. Imediatamente, depois de dez minutos, ele me retornou, marcando uma reunião com o secretário Renato Nalini, para a sexta-feira, às 16 horas, com um conjunto de mães.

Tivemos um pequeno problema na hora. A assessoria não queria deixar que as mães entrassem na reunião. Eu me neguei a participar, e mesmo depois da intervenção do líder do Governo, o secretário e sua equipe não queriam atender as mães. Depois conversei com o secretário, e ele atendeu, a mim e às mães.

Quero fazer um pequeno paralelo. Quantas vezes a parte técnica, de qualquer governo, pode criar alguns embargos, algumas coisas que não são necessárias! Na reunião, expliquei toda a questão, e a equipe técnica da Secretaria de Educação dizia que não podia mais renovar o contrato, mesmo que o governo quisesse, que tinha passado o prazo.

Pedi ao secretário que ele ouvisse uma mãe. Aliás, que ouvisse as mães. Quando a primeira mãe falou, e aqui quero parabenizar o secretário, ele disse que estava resolvido, que já tinha entendido, e determinou que a equipe resolvesse o problema.

O pior é que a equipe ainda tentou argumentar, dizendo que não poderia. Chamaram as procuradoras da Secretaria, que deram uma solução. E a equipe técnica continuou dizendo que não era possível. Outras mães falaram, e eu também falei.

O secretário então teve uma sensibilidade, até relatou, na ocasião, que tem um sobrinho que é autista, e que ele entendia aquela questão, que ali não estava mais tratando de uma simples burocracia, de uma simples questão legal, mas, de fato, de uma questão humana. E determinou a solução do caso.

Falei há pouco com a advogada da entidade. Existe aí um problema burocrático de documentação, e espero que resolva esta semana, porque as crianças - tenho conversado com as mães - continuam com graves problemas, tendo reações adversas, em alguns casos até violentas, porque estão sentindo o trauma da mudança.

Esperamos que nesta semana as crianças possam voltar à escola, no caso o CAP, e sejam bem atendidas. Elas relataram a importância daquele atendimento que a escola dá, a evolução que as crianças tiveram ao longo desse período.

Mudando de assunto, quero falar sobre o transporte público. Depois da eleição, o prefeito eleito da capital disse que não ia aumentar o transporte, que era promessa de campanha dele. E o governador disse a mesma coisa, que não ia aumentar: aumento zero.

Ora, isso é ótimo! Estamos num momento de conjuntura econômica adversa. O governo federal dá sinal contrário. Ao invés de impulsionar a economia, distribuir renda, quer fazer uma política que só interessa ao mercado financeiro, aos bancos. Aliás, o Itaú Unibanco teve mais um recorde no último trimestre de 2016, de lucro. Então, o governo está impulsionando.

Aumentar o transporte tem um forte custo no orçamento das famílias dos trabalhadores, significa muito o gasto do transporte público. Aí, anunciam que não haveria aumento algum. A tarifa básica seria a mesma.

O governador Alckmin, ao lado do prefeito Doria, que gosta só de fazer propaganda, dá um aumento camuflado. Ele aumenta, por exemplo, o Bilhete Único em 35%, seja ônibus-ônibus, seja metrô-metrô. Um ato do Doria, um ato do governador. Aumenta o Bilhete Integrado, de 230 para 290 reais, um aumento significativo, bem acima da inflação. Eles aumentaram, os dois aliados, o prefeito Doria e o governador Alckmin, o Bilhete Diário em 50%, de 10 para 15 reais.

Isso é um absurdo. Disseram uma coisa e fizeram outra, totalmente adversa. A bancada do PT entrou com uma ação popular, no dia 06 de janeiro, contestando esse aumento, dizendo que ele era injusto, que ele penalizava o trabalhador que mora mais distante, que ele estava acima da inflação, que a planilha publicada, na calada da noite, no dia 31 de dezembro de 2016, não justificava esses aumentos. O juiz de plantão acolheu nosso pedido e suspendeu os aumentos. O governador fugiu da citação: que vergonha. À la Renan Calheiros, fugiu do oficial de Justiça e não quis receber a citação. Apesar de o governador, publicamente, dizer a diversos jornais que iria recorrer.... Mas manteve o aumento no domingo dia oito. Disse, no dia nove, que não sabia da decisão judicial e, por isso, manteve o aumento.

Qual é a surpresa? No próprio dia nove, o governador entrou com uma cautelar diretamente ao presidente do Tribunal, contestando a decisão que suspendia o aumento. Ora, como ele pode alegar que não conhecia a decisão judicial, e por isso manteve o aumento, se ele apresentou o recurso? Quando ele fez aquilo, se deu por citado. Eu falei isso ao presidente do Tribunal. Argumentei contra o recuso do governador, porque vejamos a grande contradição: ele diz que as pessoas penalizadas com o aumento camuflado no sistema de integração seriam poucas, porém que o prejuízo seria muito. Como é possível os atingidos serem poucos e o prejuízo ser muito? Não batia. Tanto é que o próprio presidente do Tribunal negou a liminar do governo do estado.

No dia seguinte, conseguimos uma nova decisão, também suspendendo os aumentos da EMTU. O governador estabelece subsídio para o Metrô e CPTM. O usuário da capital não tem aumento na tarifa básica. E a pessoa que mora na Grande São Paulo? Em Guarulhos, onde não há trem nem metrô. Ele paga o aumento do metropolitanao? Quem mora na região de Osasco, Carapicuíba, ABC, Francisco Morato... ele paga o aumento do metropolitanao, enquanto o outro usuário não? Isso é discriminação. E esse é o usuário que pega o ônibus lotado, demorado; que fica no trânsito, desconfortável. Ele é penalizado, o outro não.

Também conseguimos suspender o da EMTU. O governador, não contente, impetrou um novo agravo contra nossa decisão. Perdeu novamente perante o juízo local. Depois, foi ao STJ em Brasília e também perdeu. O governador está tentando garantir o aumento. Ele é teimoso. Em vez de acatar a decisão judicial e cancelar o aumento, ele quer insistir, quer continuar enganando o povo. O STJ indeferiu o pedido do governo do estado. Porém, o presidente do Tribunal, em outra decisão, revogou a decisão que afetava o metropolitanao e a EMTU. Ele garantiu, por liminar, que o governador pudesse aumentar o transporte metropolitanao, nas regiões de Campinas, Sorocaba, Grande São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba.

Nós vamos novamente nos manifestar no processo. Vamos tentar cassar essa decisão que autorizou o aumento do metropolitanao, porque é injusta. O aumento da tarifa, seja do sistema integrado, seja do transporte metropolitanao, é injusto, porque está penalizando principalmente quem mora mais longe. É um momento de crise econômica, e o aumento afeta a família e o orçamento dos trabalhadores, penalizando aquela pessoa que necessita do transporte público. É por isso que a bancada vai continuar insistindo, para a gente cancelar de vez esse aumento novico e camuflado que o governador Geraldo Alckmin, ao lado do Doria, quis infligir à população de São Paulo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, peça a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, assomo à tribuna para deixar registrado aqui um alerta a todo o povo de São Paulo, a todo o povo do nosso Estado, mais de 40 milhões de habitantes, o Estado que tem grande parte da produção industrial do País. Um Estado que tem um povo trabalhador extraordinário. Um Estado que vem sofrendo um processo de ajuste fiscal, nos últimos anos, profundo.

Li a mensagem do governador Geraldo Alckmin, a mensagem que vai orientar o trabalho do Executivo este ano. E para tristeza nossa, no Preâmbulo diz o governador que vai manter o ajuste fiscal em nosso Estado, vai continuar cortando gastos, que não são gastos, são investimentos, sobretudo nas áreas sociais: no nosso funcionalismo público, na Educação, na Saúde. É verdade que São Paulo e o Brasil atravessam uma crise profunda, uma queda de arrecadação como há muito tempo não se via. Diz a mensagem do governador do Estado: "Dados ainda parciais sinalizam a queda nominal de 0,6% na arrecadação e uma variação negativa de 8,7%", ou seja, uma profunda queda de receita.

Diante dessa situação, o que faz o governo do Estado? Aprofunda o arrocho, em vez de lançar mão de instrumentos como ampliação dos gastos, sobretudo na infraestrutura, porque faz uma análise rasa do que é uma sociedade. Confunde o Estado com o orçamento de uma família. Aliás, vi ontem o presidente Michel Temer - esse que não dá nem para chamar de presidente, é o chefe de uma quadrilha em Brasília - dizendo que o Orçamento da União é igual ao de uma família. Ora bolas, um pai, quando faz um gasto, não tem nenhum retorno com aumento de tributo, porque família não arrecada tributo. A União, sim, arrecada tributo. Não há paralelo; é uma mentira, um engodo dizer que o Orçamento de Estado é igual ao de uma família. O governo, quando faz uma estrada, gera empregos. Esses empregos movimentam o comércio local, ampliam a arrecadação tributária. Há mais de 100 anos a historiografia econômica dá provas que diante de uma crise de arrecadação o governo tem que ampliar os investimentos públicos para poder gerar incentivos na economia. Mas, não. Estamos atolados num ajuste fiscal, e aqui em São Paulo vai ser a tônica este ano novamente.

Espero que o Espírito Santo não seja regra do Brasil. O Espírito Santo é o exemplo de ajuste fiscal do País, do pessoal do Inspur, o Sr. Marcos Lisboa, que não sai da GloboNews. Aliás, para a TV Globo está tudo muito bom. Os três filhos do Roberto Marinho são a família mais rica do Brasil e só perdem para o Paulo Lemann, que é vendedor de cerveja. E os bancos, agora, acabaram de quebrar recorde de lucro, enquanto as empresas estão falindo, os trabalhadores estão sendo mandados embora, comércio está fechando as portas e a criminalidade está campeando solta.

Lá no Espírito Santo fizeram ajuste fiscal. Era, inclusive, elogiado aqui no Inspur, em São Paulo, era elogiado na TV Globo, era elogiado em todos esses coquetéis que juntam parcelas de dono de banco do Brasil. E vejamos o que aconteceu com o Espírito Santo! Deixaram de dar reajuste para a Polícia Civil e Polícia Militar durante anos, e agora estão em greve, mais de 50 mortos. Quem vai chorar a dor dessas famílias? Lá em Manaus a mesma coisa. Para economizar dinheiro, privatizaram os presídios. São mais de 50 mortos. E aqui, Sr. governador Geraldo Alckmin, quem vai contabilizar o aumento da criminalidade por conta do ajuste fiscal que o senhor está fazendo em São Paulo?

A economia do nosso Estado está desacelerando a passos largos e não se abrem os investimentos. Pelo contrário, corta na Saúde, corta na Educação, corta nas áreas sociais, mas para manter o rentismo e aquele 0,1% do nosso povo, que não é nem para chamar de povo, da nossa população que faz parte da elite dominante do Brasil, que não está preocupada com emprego, com atividade industrial, com comércio, que não está preocupada com nada. A única preocupação é se o governo vai pagar a dívida daqueles que têm dinheiro para emprestar ao governo. Aqui em São Paulo, o Sr. governador Geraldo Alckmin vai entregar, este ano - está aqui na "Carta" - 12 bilhões de reais para 0,1% da casta social que manda hoje no Brasil. Quero concluir, Sr. Presidente, que as coisas não vão ficar assim não. Porque o nosso povo não vai deixar São Paulo virar o Espírito Santo.

Aqueles que foram enganados achando que o Michel Temer ia mostrar o pote de ouro no final do arco-íris agora estão percebendo que, na verdade, foram enganados pela TV Globo, pela Ciesp, aqui de São Paulo, foram enganados. Foram às ruas para combater a corrupção e puseram a quadrilha do PMDB em Brasília.

Agora, nós vamos ter um ministro do Supremo Tribunal Federal que vai lá para defender o PSDB. Os 23 milhões do Serra, que estão na Suiça, não causam prisão, não chamam a atenção do Ministério Público. As obras da Odebrecht aqui em São Paulo não dão cadeia para ninguém, não dão prisão. O roubo da merenda também não leva ninguém do primeiro escalão do governo para a prisão.

Agora, vai nomear um membro do PSDB para o Supremo Tribunal Federal para colocar a cereja em cima do bolo da grande pizza que está sendo assada em Brasília. Porque o que a Globo queria já foi concluído: só colocar o pessoal do PMDB para cumprir ordem.

Qual é a ordem? É congelar os gastos sociais por 20 anos, e que foi aprovado. É por isso que nós precisamos neste momento importante, sobretudo este ano, construir um grande movimento cívico no Brasil, similar ao da Islândia, para fazer uma constituinte exclusiva, com cidadãos comuns, com pessoas do povo, para repensar a democracia brasileira, para repensar as instituições brasileiras, para repensar os gastos públicos.

Não é possível termos o Judiciário mais caro do mundo. Não é possível termos uma Assembleia Legislativa que funciona como um cartório do governo para carimbar documento oficial aqui. Não é possível termos um Supremo Tribunal Federal para defender setores.

Para alguns, corrupção leva à cadeia. Para outros, corrupção não causa nada. Não é possível ter um País em que uma emissora de televisão manda e diz qual é a pauta. Precisamos refundar a democracia brasileira. Talvez o único caminho seja a força popular, porque, infelizmente, no Brasil, os ricos não têm preocupação nenhuma com o País. São aves de rapina. Querem levar a riqueza. Inclusive, nem moram mais no Brasil.

Fiquei sabendo, esses dias, que os três filhos do Roberto Marinho, donos da Globo, não moram mais no Brasil, moram em Miami. O Sr. Paulo Lemann, dono da Ambev, proprietário do segundo maior patrimônio do País, mora na Suíça.

Eles não moram mais no Brasil, não estão preocupados com o nosso País, não estão preocupados se São Paulo vai virar o Espírito Santo, um estado que está praticamente à beira do colapso porque fez o ajuste fiscal, cortou nas áreas sociais e, sobretudo, no funcionalismo público.

Sr. Governador, a mensagem que o senhor mandou para a Assembleia Legislativa está profundamente equivocada e nós vamos combater essas propostas aqui neste plenário e nas ruas também.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Raul Marcelo e suspende a sessão até as 16 horas.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 15 horas e 58 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 11 minutos, sob a Presidência do Sr. Doutor Ulysses.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi, por permuta com o deputado Pedro Tobias.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos que me acompanham nesta Assembleia, um dos maiores parlamentos do mundo.

É um prazer muito grande fazer parte deste Parlamento, sucedendo, como deputado, depois de anos, o meu pai, deputado Geraldo Vinholi. É um prazer poder fazer parte, hoje, desta tão importante Casa, deste estado de que tenho orgulho de fazer parte, desta gestão tão importante, dos governos tucanos no estado de São Paulo, construídos desde o nosso querido ex-governador Mário Covas, passando pelo nosso governador José Serra e pelo governador Geraldo Alckmin.

Tive o prazer de fazer parte da Secretaria de Desenvolvimento Social, com nosso projeto “Vivaleite”, tão importante projeto do estado de São Paulo. Com o projeto “Vivaleite” tivemos o prazer de, nas últimas semanas, assinar diversos convênios com regiões importantes do estado, como o meu município, o município de Catanduva. Esta semana, teremos mais assinaturas do convênio do “Vivaleite”, por meio de nosso secretário Floriano Pesaro, em regiões importantes como Araraquara, Bauru e Sorocaba.

Sabemos da importância desses convênios que o Governo do Estado de São Paulo, por meio do governador Geraldo, tem feito neste momento de crise. É uma crise econômica, uma crise moral, uma crise que atinge principalmente aqueles que mais precisamos do estado, os mais pobres do estado de São Paulo. Com isso, esses convênios assinados pelo governador têm feito o cobertor se estender um pouquinho mais para os mais pobres do estado.

Não é segredo para ninguém a crise econômica pela qual nosso país passa. Diversas prefeituras do estado de São Paulo e do Brasil passam por dificuldades. Os prefeitos que estão assumindo agora sabem disso. Mas também sabem que isso não era segredo nenhum na eleição e que, ao se candidatarem, se comprometeram com a população. No meu município - e isso tem acontecido em alguns -, tem-se usado politicamente da crise, tem-se falado em calamidade financeira, quando o que existe, na verdade, é uma calamidade política, com prefeitos que assumem as prefeituras e, para não cumprirem aquilo que prometeram na campanha, declaram modalidades de anomalias, como essa dita “calamidade pública financeira” no município de Catanduva.

Sem dúvidas, essa calamidade política, em que cortes sociais têm sido feitos de forma irresponsável, vai ter sérios sintomas e consequências para a sociedade. Queria fazer esse alerta para todo o estado de São Paulo e para toda a população.

Nesta tarde, gostaria também de deixar, como não poderia deixar de fazer, uma homenagem a um grande brasileiro, um grande paulista que hoje faleceu: o nosso querido Ulysses Guariba, Dr. Ulysses Telles Guariba Netto, pai do nosso querido João Guariba, assessor do senador Aloysio Nunes. O Dr. Ulysses Guariba, que faleceu hoje, na cidade de Assis, foi professor da Unesp e da USP e foi reitor da Fema, Fundação Educacional do Município de Assis. Hoje, ele deixa muitas saudades em toda a nossa querida Assis. Era uma pessoa muito importante do nosso estado, foi do Conselho Estadual de Educação, e hoje nos deixou. Quero deixar minha homenagem a este grande brasileiro que foi o Dr. Ulysses Guariba, a toda a sua família, a toda a população de Assis que nos assiste e a toda a população do estado de São Paulo.

Por fim, quero desejar que eu possa fazer parte de um mandato honesto, um mandato justo, que defenda as causas sociais, as causas da juventude e que possa fazer com que nosso estado de São Paulo, pelas mãos do governador Geraldo Alckmin, mas também por todo o colegiado tucano, continue sendo a locomotiva do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos, por conveniência da ordem.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 16 horas e 16 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 25 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Encerramos há pouco a reunião do Colégio de Líderes, que acolheu, por unanimidade, a proposta formulada pelo deputado Roberto Tripoli, de maneira que, devido ao falecimento da ex-primeira-dama, Sra. Marisa Leticia, levantaremos os trabalhos nesta reabertura. Também, a Assembleia decreta o luto, com bandeira a meio mastro, pelo prazo de três dias.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 26 minutos.

\*\*\*

## 8 DE FEVEREIRO DE 2017 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes:** JOOJI HATO, DOUTOR ULYSSES e PAULO CORREA JR.
**Secretário:** CARLOS GIANNAZI

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca sessão solene a ser realizada no dia 10/03/17, às 10 horas, para comemoração do "Dia do Motociclista", a pedido do deputado Coronel Telhada.

2 - CORONEL TELHADA

Tece considerações a respeito da greve dos policiais militares no Espírito Santo. Discorre sobre a importância dos trabalhadores da Segurança Pública. Posiciona-se contra a desmilitarização da PM. Reprova a ausência de posicionamento das autoridades públicas acerca das possibilidades de negociação com a categoria. Lê crítica política. Declara o desejo de paz pública a partir da valorização dos policiais. Tece elogios ao trabalho realizado pelo repórter Sérgio Erwerton, da TV Alesp.

3 - CARLOS GIANNAZI

Relaciona a crise enfrentada no Espírito Santo à desvalorização generalizada dos servidores públicos. Declara apoio aos policiais mobilizados. Crítica medidas de ajuste fiscal que, a seu ver, têm prejudicado os serviços públicos e favorecido especuladores financeiros. Situa a greve como direito trabalhista conquistado historicamente no Brasil. Defende a desmilitarização da Polícia Militar. Reprova a desvalorização dos servidores públicos em São Paulo.

4 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Anuncia a presença dos vereadores Fernando de Souza Tamburús e José Carlos de Oliveira, de Colômbia, a convite do deputado Luiz Carlos Gondim, os quais cumprimentam.

5 - LUIZ CARLOS GONDIM

Oferece informações sobre o alcance do trabalho das bandas e fanfarras de São Paulo. Considera que os jovens que tocam nestes grupos desejam construir carreira artística. Aponta que as disputas regionais entre elas são uma forma de engajamento público das crianças e adolescentes. Lamenta o baixo investimento em Cultura que, considera, auxiliaria no combate às drogas.

6 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Oferece seu apoio ao pronunciamento do deputado Luiz Carlos Gondim.

7 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência.

8 - JOOJI HATO

Afirma que, a seu ver, as bandas auxiliam a Economia. Crítica os pancadões. Discorre a respeito de desastres naturais e crimes que prejudicam a população. Salienta a importância da atuação das forças policiais. Defende a prevenção contra crimes por meio do desarmamento e da instalação de câmeras de segurança.

9 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

10 - DOUTOR ULYSSES

Afirma-se orgulhoso por seu retorno a esta Casa. Narra dificuldades enfrentadas pelos pacientes nos hospitais públicos, sobretudo as Santas Casas. Fala sobre a importância da atuação dos parlamentares na Saúde. Reprova os baixos investimentos nesse setor. Faz críticas à existência de tetos de gasto na Saúde.